

SÓ QUEM AMA CANTA

Arte e contemplação

JOSEF PIEPER

SÓ QUEM
AMA CANTA

Arte e contemplação

Tradução
Priscila Catão



QUADRANTE

São Paulo

2021

Título original
Nur der Liebende singt

Copyright © 1988 Schwabenverlag. Verlagsgruppe Patmos
in der Schwabenverlag AG, Ostfildern

Capa
Douglas Catisti

Imagens de capa e contracapa
A dançarina (1874), Auguste Renoir

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pieper, Josef

Só quem ama canta : arte e contemplação / Josef Pieper; tradução de Priscila Catão – 1ª ed. – São Paulo : Quadrante Editora, 2021.

Título original: *Nur der Liebende singt*

ISBN: 978-65-86964-55-4

1. Arte 2. Contemplação 3. Estética 4. Filosofia I. Catão, Priscila. II. Título.

21-57954

CDD-100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados a
QUADRANTE EDITORA
Rua Bernardo da Veiga, 47 - Tel.: 3873-2270
CEP 01252-020 - São Paulo - SP
www.quadrante.com.br / atendimento@quadrante.com.br

Sumário

Apresentação à edição brasileira: epifania da beleza	11
Prefácio	21
Trabalho, tempo livre e ócio	23
Reaprendendo a ver.....	37
Reflexões sobre a música.....	43
Música e silêncio	55
Três discursos no estúdio de uma escultora	
A lembrança: mãe das Musas	59
As «convidadas do festival»	65
<i>Vita contemplativa</i> : a vida contemplativa.....	73

Cantare amantis est.
- Santo Agostinho

A razão fala tão somente por palavras,
Mas o amor tem uma canção.
- Joseph de Maistre

Dedicado a
Hilde Schürk-Frisch,
escultora e amiga

Apresentação à edição brasileira: epifania da beleza

Victor Sales Pinheiro¹

O que é belo há de ser eternamente
Uma alegria, e há de seguir presente.
Não morre; onde quer que a vida breve
Nos leve, há de nos dar um sono leve,
Cheio de sonhos e de calmo alento.
John Keats, «Endymion»²

A beleza salvará o mundo.
Fiódor Dostoiévski, *O idiota*

O sorriso de uma criança, os primeiros raios da auro-
ra, uma música de Mozart ou um verso de Drummond
nos emudecem e comovem. Imersos na aura da beleza,
sentimo-nos interiormente transportados para um outro
nível de realidade, intuímos uma perfeição e harmonia

(1) Doutor em Filosofia, professor da Universidade Federal do Pará e autor de *A crise da cultura e a ordem do amor: ensaios filosóficos* (É Realizações, São Paulo, 2021).

(2) «A thing of beauty is a joy for ever:/ Its loveliness increases; it will never/ Pass into nothingness; but still will keep/ A bower quiet for us, and a sleep/ Full of sweet dreams, and health, and quiet breathing», em Augusto de Campos, *Byron e Keats: Entreversos*, Editora Unicamp, Campinas, 2009.

ausentes do nosso cotidiano desbotado e apressado. São breves porém intensas experiências de epifania e plenitude, que ultrapassam os nossos sentidos e inteligência, alcançando uma dimensão propriamente espiritual, de transbordamento e participação do elemento divino escondido em cada coisa, que afirma a vida, confere sentido à existência, nos reveste de admiração e gratidão e nos convida à celebração.

Essa é a intuição central deste opúsculo de Josef Pieper (1904-1997), um dos protagonistas da atual renovação da tradição clássica de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e sobretudo São Tomás de Aquino, a que pertencem também outros filósofos e teólogos católicos como Étienne Gilson, Jacques Maritain, Antonin Sertillanges, Réginald Garrigou-Lagrange e Dietrich von Hildebrand³.

Antes de ser uma disciplina acadêmica especializada e hermética, a filosofia clássica é o amor à dimensão mais perfeita da realidade, uma educação do olhar à esfera transcendente e imutável do mundo, um cultivo da sensibilidade e inteligência para o âmbito divino que as supera, um caminho reflexivo de felicidade pela participação na beleza, bondade e verdade. Isso não é apanágio dos filósofos «profissionais», dos intelectuais e eruditos, mas a experiência corrente de contemplação da beleza.

(3) Mariano Fazio e Francisco Fernández Labastida, *Historia da filosofia, IV: Filosofia contemporânea*, Palabra, Madri, 2009; Gerald A. McCool, *The Neo-Thomists*, Marquette University Press, Wisconsin, 1994; Fergus Kerr, *After Aquinas: Versions of Thomism*, Blackwell, Oxford, 2002.

No *Banquete* e no *Fedro*, Platão foi o primeiro a explicar que a beleza é epifânica, pois reflete um brilho divino além do que vemos, ouvimos ou pensamos. Diante dela, nossa reação é a de espanto e reverência. Santo Agostinho, que, além de teólogo, era filósofo platônico, reverenciava a beleza de Deus derramada difusamente na sua Criação e via na harmonia das formas naturais e artísticas vestígios e prenúncios da perfeição de Deus, acrescentando, ao maravilhamento filosófico, a veneração e gratidão religiosa.

Nessa transposição cristã da filosofia clássica, as ideias ou formas perfeitas que, segundo Platão, consubstanciam e modelam tudo o que existe tornam-se os pensamentos criadores e eternos de Deus, que Pieper denomina «arquétipos» neste livro. Contemplar a beleza do mundo é referir-se à mente divina que o esculpiu com harmonia e proporção, colorido e integridade. O belo infunde uma impressão de completude e permanência, como se nada lhe faltasse ou o diminuísse.

Conversiva em bondade e verdade, a beleza nos convida a uma atitude contemplativa, filosófica e espiritual⁴. Por isso, o ideal grego da vida intelectual se aperfeiçoa no ideal cristão de vida espiritual, que comporta a admiração, a reflexão e o cultivo da beleza divina espalhada no cosmos, pela oração, teologia, filosofia, ciências e arte.

Todavia, não só contemplamos a beleza natural e moral, mas também a criamos e celebramos pela

(4) Antonin Sertillanges, *A vida intelectual*, É Realizações, São Paulo, 2010.

arte. O artista verdadeiro é um mediador que nos infunde essa experiência transcendente que Platão chamava de «entusiasmo» – uma autêntica inspiração divina. A arte é essencialmente uma comemoração que festeja a vida.

Originada no culto religioso, a festa é a suspensão do tempo corrente para afirmar o sentido da vida, uma autêntica comemoração, porque rememoramos juntos esse núcleo de verdade e beleza, independentemente das contrariedades e contingências da vida, como nos feriados religiosos e nas festas de aniversário.

Na modernidade cientificista, industrial e consumista, o cotidiano tende a se esvaziar, quando não sobra tempo para as comemorações festivas do sentido da vida. Queremos conhecer e trabalhar cada vez mais para produzir e consumir cada vez mais. Substituímos o modelo clássico e amoroso da «observação receptiva», de que fala nosso autor na última palestra deste livro, pela criação transformadora da técnica, num mundo materialista que é tão artificial quanto superficial.

Saturados de imagens ininterruptas e barulhos incessantes, nossos sentidos estão superexcitados e embotados à beleza, entravados com escamas utilitaristas e consumistas, pois perseguimos a utilidade prática imediata de tudo e o seu valor econômico. Se tempo é dinheiro, não podemos nos demorar no silêncio contemplativo da natureza, da arte ou da oração⁵.

(5) Robert Sarah, *O poder do silêncio: contra a ditadura do ruído*, Fons Sapientiae, São Paulo, 2016.

Supervalorizado, o trabalho extenua as nossas forças, exigindo um descanso que se reduz a mero passatempo, entretenimento vago e dispersivo⁶. Ele não nos permite contemplar e celebrar a beleza, pois desaprendemos a admirá-la, longe que estamos do sentido clássico do «ócio» criativo, da *scholé*.

Se os modernos priorizam o trabalho produtivo dos dias comerciais, os clássicos consideravam o «negócio» como a negação do «ócio», do tempo livre porque libertado das atividades exigidas para a sobrevivência. Daí a diferença entre as artes mecânicas *servis* (necessárias porque *servem* à subsistência do corpo) e as artes *liberais* (necessárias para o cultivo do espírito, para a vida boa e plena, baseada na liberdade, criatividade e interpretação simbólica do mundo). As artes liberais são as das musas que cantam, dançam e refletem, também nas ciências, a beleza dos cosmos, comemorando e rememorando o sentido da vida. Elas têm uma finalidade contemplativa, são um fim em si mesmo, e fonte da felicidade⁷.

Um escravo da antiguidade trabalhava consideravelmente menos do que um trabalhador moderno, e um camponês medieval celebrava a vida, mesmo que fosse para enterrar os seus mortos, em vários dias da semana, com suas *festas* litúrgicas, que marcavam os *feriados* e suas *feiras*, acompanhadas de procissões, quermesses,

(6) Fernando Sarrais, *Aprender a descansar*, Quadrante, São Paulo, 2015.

(7) Josef Pieper, *Ócio e contemplação: ócio e culto, felicidade e contemplação*, Kíron, Campinas, 2020.

danças e músicas. Imagine feriados e festas de São João a cada mês, ou mesmo a cada semana!⁸

Não devemos romantizar nem idealizar o passado da escravidão antiga ou da servidão medieval, pois as épocas diferem radicalmente entre si por motivos científicos, tecnológicos, econômicos, políticos, morais e religiosos. Mas o fato é que os modernos somos mais ativos, apressados e ruidosos, e por isso contemplamos e comemoramos menos os ciclos da vida. Assim, corremos o risco de não perceber o sentido das coisas que fazemos, pois elas facilmente se desintegram da ordem geral da nossa existência, da sociedade e do mundo. As experiências podem se tornar supérfluas e descartáveis.

Podemos entender a relevância antropológica do ritual artístico se consideramos a liturgia e a arte sacra que a acompanha. Na Tradição Católica, a liturgia é a comemoração que nos lembra, constantemente, dos mistérios da nossa salvação, centrados na encarnação (Natal), paixão, morte e ressurreição (Páscoa) de Cristo, e permeados pelas solenidades e festas de sua Mãe, Nossa Senhora, seus apóstolos, mártires e santos. Para celebrar esses mistérios, a cultura católica desenvolveu, por exemplo, a grande arquitetura românica e gótica, a escultura neoclássica e barroca, o canto gregoriano e po-

(8) Para uma descrição excepcional da celebração constante da vida do homem medieval, leia Johan Huizinga, *O outono da Idade Média: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos*, CosacNaify, São Paulo, 2010. O mesmo autor também escreveu o clássico *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura* (Perspectiva, São Paulo, 2010), que pode ser aproximado da noção de ócio de Pieper.

lifônico, a iconografia bizantina, a pintura renascentista e maneirista, a literatura apologética e teológica – e a lista não acabaria mais⁹.

A música sublime de Bach, que Pieper tanto enaltece neste livro e que lhe serve como metonímia da perfeição artística, é, em toda a sua profusa manifestação, um culto a Deus, um símbolo da glória de quem o incomparável artista se considerava um servo e mensageiro (não sem razão e humor, o arcebispo Söderblom, da Suécia, o chamava de «quinto evangelista»). E não é Bach a fonte inesgotável de praticamente toda boa música posterior, tanto erudita quanto popular? Os nossos Villa-Lobos e Pixinguinha não beberam deste mesmo manancial?

Voltada à contemplação da beleza de Deus e do mundo, a arte sacra alimentou as demais modalidades artísticas, que consideramos “divinas” quando alcançam, por mais singelas que sejam, aquela beleza comovente que nos enternece, aprofunda e intensifica a vida. Como não lagrimar com as *Bachianas brasileiras*, ou como canções como «Carinhoso» e «Rosa», de Pixinguinha?

Por outro lado, à medida que a cultura se distancia da fonte religiosa que cultua a beleza da existência, ela se degrada e esvazia, negando o sentido transcendente da vida e reduzindo-a a vibrações quase animais. Será possível não hostilizar a vulgaridade e agressividade do *funk*, por exemplo, que tanto entorpece e atrofia a sensibilidade atual?

(9) Thomas Woods Jr., *Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental*, Quadrante, São Paulo, 2011.

O que está em jogo com a feiura difusa em que nos encontramos não é apenas a perda considerável do «gosto» estético, mas o sentido último da vida. A degradação da nossa cultura é sinalizada pelo ruído cacofônico que nos ensurdece, que nos priva tanto da verdadeira música quanto do silêncio necessário para contemplá-la¹⁰.

Na esteira de Platão e Santo Agostinho, que tanto se preocuparam com a música para a formação integral do homem, as palavras de Pieper, em 1952, nos servem de alerta, pois sua atualidade só aumentou nas últimas décadas:

Se analisarmos nossa sociedade agora, o que observaremos? Que fatos deveriam nos fazer pensar? Notamos o quanto a música mais trivial e «leve», o «som feliz», tornou-se mais comum e difusa. Com sua banalidade, essa música expressa de modo bastante preciso o autoengano barato que diz que está tudo bem no nível existencial interior, que «você não precisa se preocupar com nada» e que tudo está correndo bem. Notamos quanta atenção é exigida pela batida rítmica de certa música grosseira e orgiástica, de certa música «para escravos» (como diz Aristóteles), e quanta atenção lhe é dedicada voluntariamente. Os dois tipos de música, o «som feliz» e a batida entorpecente, afirmam-se legítimos como «entretenimento», isto é, como meio de satisfazer, sem sucesso, o tédio e o vazio existencial que são cau-

(10) Roger Scruton, *Beleza*, É Realizações, São Paulo, 2013.

sados e aumentados um pelo outro e que também se tornaram um fenômeno comum e difuso. (...) Por fim, observamos que a música niilista, paródia desesperada da criação, não é apenas tocada por grandes artistas em romances como *Doutor Fausto*, mas é antes real, o que acabou por levar ao perturbador comentário que iguala a história da música ocidental à «história da degeneração da alma». Notamos isso bastante alarmados, cientes de que a música despe a condição existencial interior do homem, removendo o véu e a aparência exterior (e é *impossível* que seja de outra maneira), enquanto a mesma condição interior recebe da música impulsos mais diretos, para o bem e para o mal.

Nesse trecho, percebemos o alcance pedagógico, moral e espiritual da filosofia de Pieper, que não se limita à crítica cultural e estética de modo independente de uma reflexão antropológica e teológica, pautada nas instituições sociais que promovem ou obstruem as *virtudes fundamentais*, tema este que lhe valeu as mais preciosas reflexões¹¹. Com efeito, o público brasileiro pode lembrar de outro luminar católico da Alemanha: Joseph Ratzinger, que se inspirou em Pieper para refletir sobre as virtudes sobrenaturais da fé, esperança e caridade¹².

Como se não bastasse o refinamento, a profundida-

(11) Josef Pieper, *As virtudes fundamentais: as virtudes cardeais e teológicas*, Cultor de Livros, São Paulo, 2018.

(12) Joseph Ratzinger, *Olhar para Cristo: exercícios de fé, esperança e caridade*, Quadrante, São Paulo, 2019.

de, o alcance do conteúdo do nosso autor, condensado nestes pequenos discursos e ensaios, devemos louvar a simplicidade e a leveza do seu estilo literário e filosófico. Se ele dizia que se inspirava na forma musical da suíte para escrever, convidamos o leitor a acompanhar este livro com as seis suítes para violoncelo de Bach. Não se surpreenda se o seu espírito se pôr a dançar e cantar sem palavras, num silêncio de gratidão, num gesto espontâneo e contemplativo de celebração e amor à vida.

Prefácio

Estas meditações formam um grande arco que vai desde a intuição, maravilhosamente formulada por Santo Agostinho, de que «só quem ama canta» até o clamor angustiado da ode de Hölderlin: «Para que poetas em tempos de indigência?». Tem-se a intenção, aqui, de esclarecer que a música, as belas artes, a poesia, tudo o que eleva festivamente a existência humana e, por conseguinte, constitui suas verdadeiras riquezas, tudo isso extrai sua vida de uma raiz oculta, que consiste numa contemplação que se volta para Deus e para o mundo a fim de afirmá-los.

Trabalho, tempo livre e ócio¹

À primeira vista, esses três conceitos não dão nenhuma indicação de esconder um problema profundamente desafiador – e um problema que não é apenas teórico. De fato, passam a impressão de que são inócuos e de que poderiam facilmente ser interpretados, com aprovação ou ressalvas, como convite a um «tranquilo debate». Nosso título parece emanar uma serenidade descomplicada, quiçá até alegre, que progride de um conceito a outro. É verdade que o «trabalho» talvez ainda faça parte do fardo da vida, mas é aliviado e esquecido por levar ao «tempo livre» e, por fim, ao «lazer», com sua imagem de um pescador solitário que, em pleno contentamento, senta-se

(1) Discurso de abertura por ocasião da inauguração de uma exposição de arte em conjunto com o *Ruhrfestspiele* (1953). Primeiramente publicado em *Die Zeit* no dia 25 de junho de 1953.

à beira de um lago no verão, desejando mais relaxar e devanear do que capturar um peixe. Onde poderia haver, aí, qualquer problema à espreita?

O termo e o conceito de «trabalho» nos são completamente familiares. Trata-se do que caracteriza a «jornada de trabalho» do ser humano, do que satisfaz nossas necessidades básicas e nos provê o pão de cada dia; trata-se do esforço ativo por obter o que é indispensável à nossa sobrevivência. Não há nada mais óbvio.

E por que o significado de «tempo livre» não seria óbvio também? Tempo livre é conceito multifacetado. Contanto que seja definido *negativamente*, como um período de tempo *não* preenchido pelo trabalho, nenhum problema vem à tona. Da mesma maneira, se consideramos o conceito de tempo livre tão somente em função do conceito de «jornada de trabalho», se definimos o tempo livre como um mero intervalo do trabalho em que podemos nos recuperar, como um tempo após o expediente em que restauramos as forças para podermos trabalhar mais, também não nos deparamos com nenhum problema específico.

No entanto, algumas dúvidas podem surgir tão logo pensamos que, no fundo, não conseguimos definir tempo livre apenas assim. Há pouco, empreguei inocentemente o termo «jornada de trabalho». Essa noção evoca na mesma hora outra que lhe está intimamente relacionada e que propicia uma definição um tanto nova, e agora positiva, de tempo livre – uma definição que indica que estamos discutindo algo que vai

além de um mero intervalo do expediente ou de uma pausa para recobrar as forças. Falo da noção de «feriado». De um lado, não conseguimos – ou melhor: ainda não conseguimos! – eliminar a noção de feriado do nosso pensamento (o que demonstra a persistência da tradição ocidental); do outro, ela perdeu aos nossos olhos sua clareza, sua profundidade e seu inquestionável sentido íntimo (revelando como nossos padrões ocidentais estão enfraquecidos e ameaçados). Afinal, o que é um feriado? O que significa em essência? Como o espírito de celebração se origina no coração do homem, e como pode ser nutrido e preservado? Como, ademais, podemos comemorar uma festa num nível realmente existencial sem esse espírito de celebração? Temo que o homem moderno comum não seja mais capaz de responder a essas perguntas baseado na sua percepção imediata e na sua experiência interior. É claro que ainda temos alguma noção de que o sétimo dia da semana não é apenas o «fim de semana» e de que possui um significado mais profundo. Ainda somos receptivos à lembrança insinuada pelo termo exclusivamente alemão *Feierabend* (que indica «fim do expediente» mas, literalmente, é «noite de celebração»), à lembrança de que não se trata de um mero intervalo para se recobrar o fôlego. E ainda não esquecemos por completo que a palavra alemã *Ferien* [férias] significa, em sentido literal, «momento festivo». Levar tudo isso em consideração revela-nos algo: que o conceito de tempo livre não é, de modo algum, tão simples e inócuo quanto pode parecer de

início. Advém de uma dimensão profunda em que, na ausência de limites precisos, funde-se com nosso terceiro conceito: o ócio.

A respeito desse conceito, ousamos afirmar com segurança que não sabemos o que significa. Indo diretamente ao assunto, ignoramos como o conceito de «ócio» é entendido pela sabedoria acumulada de nossa tradição existencial e cultural tal qual expressa por Platão, por Aristóteles e pelos grandes mestres do cristianismo. É verdade que podemos dizer: mas por que *deveríamos* saber isso? Que diferença faz ignorá-lo? Afinal, a maneira como enxergamos a pessoa humana e, por conseguinte, o sentido da nossa existência mudou consideravelmente desde a Antiguidade e a Idade Média!

Essa objeção não deve ser tratada levemente. Seja como for, mesmo que concordemos com ela (e sobretudo nesse caso), temos de notar o que realmente importa nessa discussão. Devemos entender que a desintegração total e final do conceito de «ócio», um conceito básico do pensamento ocidental tradicional, terá uma consequência histórica evidente: o estado operário totalitário. Se não gostamos dela, devemos entender que só pode haver uma objeção válida à idolatria do trabalho, uma objeção baseada em alguma verdade suprema a respeito da natureza humana e, portanto, dotada de uma relevância única e duradoura. Para identificá-la, é preciso redescobrir corretamente o sentido da afirmação: «Trabalhamos para ter momentos de ócio».

O que ela realmente quer dizer? Em primeiro lugar, devemos afastar uma verdadeira pilha de conceitos errôneos a fim de vislumbrar o verdadeiro sentido dessa afirmação. Para tanto, é indispensável descrever com clareza alguns princípios básicos. A língua alemã não parece ajudar, pois *Musse* [ócio] e *Müssiggang* [ociosidade] são, para nossa inquietação, vizinhos bastante próximos, muito embora apenas segundo a terminologia. A julgar pelo conteúdo concreto, «ociosidade» seria exatamente o oposto de «desfrutar do ócio» (como diziam os antigos gregos: *scholén agein*). Assim, numa abordagem preliminar, «trabalhamos para ter momentos de ócio» sugeriria o seguinte: que trabalhamos para fazer – para que isso nos permita fazer – algo além do trabalho. E o que é esse «algo além do trabalho»? Recreação, entretenimento, diversão, jogos? Não, *nada* disso. Não seria um grande disparate achar que a justificativa para o trabalho é a diversão? Não, esse «algo além do trabalho» indica uma atividade importante em si. Por outro lado, não é o trabalho igualmente importante? Sim, de fato! Mas não em si. É precisamente isso o que define o conceito de trabalho: ele tem um propósito prático, produz bens utilitários, contribui para uma riqueza útil e comum (e «útil» significa sempre «servir para outra coisa»). A característica essencial do trabalho é ter outro propósito. Antiga e um tanto ofensiva, a expressão «trabalho servil» também se encaixa nesse contexto. Por si só, não dá a entender nenhum desprezo pelo trabalho, quanto mais pelo trabalhador. Podemos di-

zer que se trata do contrário. No entanto, a sabedoria tradicional sempre entendeu que há também atividades humanas que não servem para nenhum outro propósito e que não são servis. São formas de atividades que cabem a todos, inclusive ao trabalhador – até mesmo como direito e necessidade fundamental (do mesmo modo como a atividade servil, o trabalho que satisfaz necessidades básicas e serve para um propósito prático, é exigido de todos).

Neste ponto, parece recomendável mencionar a antiga distinção – que alguns diriam antiquada e dotada de relevância meramente histórica – entre «artes servis» e «artes liberais», *artes serviles* e *artes liberales*. Essa distinção, na verdade, é tudo menos antiquada; pode-se mesmo afirmar que tem relevância política contemporânea. Quando traduzida a um mundo definido apenas pelo trabalho, expressa que não há apenas cotas de produção e a implementação de objetivos de planejamento, mas também atividades humanas que, por sua própria natureza, encontram-se além dos parâmetros de qualquer plano quinquenal. Isso quer dizer que há ações humanas que não precisam ser justificadas segundo o proveito econômico da sociedade. Basta recorrermos a estes termos para colocarmos em xeque o domínio do trabalho absoluto. E esse domínio é contestado com base neste tradicional fundamento ocidental: existem, sim, «artes liberais»; existem, sim, atividades humanas que são significativas sem consistirem em trabalho e em repouso do trabalho (para que se possa trabalhar mais). Espero que

também isto tenha ficado claro: que é insidiosamente perigoso e catastrófico negar que o trabalho seja caracterizado por sua «utilidade-para-outra-coisa», e mesmo – sim! – por sua dimensão «servil». É falacioso afirmar que o trabalho, a produção de coisas úteis, é significativo em si. Essa falácia nos leva exatamente ao oposto do que ela aparenta conquistar e provoca exatamente o oposto da «libertação», da «elevação» ou da «reabilitação» do trabalhador. Gera precisamente aquela dimensão desumana tão característica do mundo do trabalho absoluto; produz a derradeira escravidão do homem sob o processo do trabalho, faz de todos, explicitamente, um proletário. Isso ocorre aberta e nitidamente nos «Estados proletários», mas também contamina todas as partes do mundo, ao menos como risco e tentação. Fica patente, por exemplo, na dificuldade que temos em responder à seguinte pergunta: em que consistiria, então, essa atividade «importante em si», essa atividade «liberal»? Como devemos conceber essa atividade que não precisa de mais nada para ser justificada; que não é definida pela produção de bens úteis e de resultados objetivos; que não produz meios para nossa existência, mas que é a realização existencial em si mesma; essa atividade em que se alcançam o verdadeiro e legítimo bem do homem, sua genuína riqueza, sua vida mais plena e sua mais perfeita felicidade?

Obviamente, qualquer resposta só seria possível se admitido um conceito específico de pessoa humana, pois o que está em jogo não é nada menos do

que a realização suprema da existência do homem. Estamos, em verdade, questionando como essa realização pode ocorrer. A originalidade – ou a ausência de originalidade – me parece um tanto irrelevante nessa esfera. Desejo apenas expressar o ensinamento contido na tradição filosófica ocidental. Sua afirmação mais importante é a de que o contentamento máximo, a atividade absolutamente significativa, a expressão mais perfeita de que se está vivo, a satisfação mais profunda e a realização mais completa da existência humana devem se dar em circunstâncias de contemplação, isto é, na consciência contemplativa dos fundamentos definitivos e intrínsecos do mundo. Platão expressaria a soma total de suas intuições assim: «Aqui», dizia a donzela estrangeira de Mantinea (Diotima), «aqui a vida do homem vale ser plenamente vivida, pois aqui contempla o divino tal qual revelado na pureza da beleza mesma, e por meio disso torna-se imortal».

Um passo pequenino nos leva de volta ao domínio das coisas concretas. O leitor já terá questionado, com certo receio ou mesmo consternação, quantas sutilezas filosóficas obscuras ainda terá de aguentar. Não tema: retornemos à pergunta completamente prática que fizemos. O que constitui, aqui e agora, a atividade significativa em si? Já o disse: se somos incapazes de responder a essa pergunta, seremos também incapazes de resistir convincentemente às asserções de um mundo de todo definido pelo trabalho. A resposta contida na tradição filosófica do Ocidente pode

ser resumida da seguinte maneira: sempre que, numa contemplação reflexiva e receptiva, nós tocamos, embora remotamente, o cerne de todas as coisas, a razão derradeira e oculta do universo vivo, o fundamento divino de tudo o que existe, a forma mais pura de todos os arquétipos (e o ato perceptivo imerso na contemplação é a forma mais intensa de se assimilar e possuir), sempre que contemplamos, onde quer que seja, precisamente a essência da realidade, há uma atividade significativa em si.

Aproximar-se por meio da contemplação da raiz e do fundamento de tudo o que existe, dos arquétipos de todas as coisas, é uma atividade significativa em si e que pode ocorrer de incontáveis maneiras. Uma forma particularmente admirável, e também particularmente negligenciada, está na meditação religiosa, na imersão contemplativa do eu nos mistérios divinos. Outra consiste na reflexão filosófica, a qual não devemos conceber como algo limitado a uma disciplina acadêmica especializada. Qualquer um pode refletir sobre as ações e acontecimentos humanos e, portanto, fitar as profundezas incomensuráveis do destino e da história; qualquer um pode deixar-se absorver na contemplação de uma rosa ou de um rosto humano e, assim, tocar o mistério da criação. Todos, pois, participam dessa busca que agita desde o princípio a mente dos grandes filósofos. Além disso, ainda encontramos outra forma dessa atividade na criação do artista, cujo objetivo não é tanto apresentar cópias da realidade, mas tornar visíveis e tangíveis pela fala,

pelo som, pela cor e pela pedra as essências arquetípicas de todas as coisas, tal qual ele teve o privilégio de captá-las. Por outro lado, aqueles que experimentam a centelha da poesia enquanto escutam um poema, que contemplam uma escultura e captam a intenção do artista – sim, aqueles que somente escutam e observam, contanto que as condições sejam propícias, também podem alcançar pela contemplação o cerne de toda a realidade, o domínio dos arquétipos eternos. «Contanto que as condições sejam propícias»: eis a dificuldade. Trata-se especificamente da dificuldade já mencionada, isto é, a de ganhar ciência das diferentes formas de alcançar o cerne da realidade, de reconhecê-las como algo «significativo em si», de experimentá-las e simplesmente vivê-las como tal. Não seria essa a dificuldade mais profunda por trás do isolamento dos artistas e poetas atuais, bem como dos filósofos e, certamente, daqueles que se dedicam à vida contemplativa?

Aqui, é preciso mencionar certas condições e premissas que nos parecem intrinsecamente ligadas à atividade significativa em si. Ao mesmo tempo, podemos ir um pouco além de uma breve enumeração.

Uma atividade significativa em si só pode, em primeiro lugar, ser realizada com uma atitude de abertura receptiva e de silêncio atento – o que é exatamente o oposto da atitude do trabalhador, marcada pelo esforço concentrado. Uma das experiências humanas fundamentais é a percepção de que as coisas verdadeiramente grandiosas da vida, aquelas que nos elevam,

talvez não aconteçam sem nossos esforços, mas certamente não acontecem por meio deles. Na realidade, nós as obtemos tão somente se as aceitamos como os dons gratuitos que são.

Chegamos, pois, a um segundo pré-requisito, que é ainda mais fundamental do que o primeiro e mais distante de qualquer manipulação intencional. Se essa outra condição não for satisfeita, não poderemos realizar qualquer ação significativa em si – não poderemos esperar que a percepção meditativa dos alicerces do mundo seja vivenciada como algo significativo, quer ela ocorra na forma de poesia, música, belas artes, filosofia ou contemplação religiosa. Em suma, a segunda condição consiste na capacidade de celebrar uma festividade. O que é necessário para fazê-lo? Obviamente, não um simples dia de folga do trabalho. Como requisito, o homem tem de querer aceitar a verdade suprema não obstante os enigmas do mundo, e mesmo quando essa verdade é contemplada por trás do véu de nossas próprias lágrimas; assim, o homem deve ter consciência de sua harmonia com essas realidades fundamentais e de que está cercado por elas. A expressão dessa aceitação, dessa harmonia e dessa unidade é chamada de celebração festiva desde tempos imemoriais. E, neste ponto, notamos que não pode haver festividade sem deuses e que, de fato, a celebração pelo culto é a forma primordial de qualquer festa. Mas isso é outro assunto.

De todo modo, podemos aqui afirmar o seguinte: apenas essa atitude fundamental de aceitação é capaz

de criar, dentro do fluxo dos dias de trabalho, um espaço em que podemos respirar e que nos permite, alheios às necessidades mais básicas da vida, fazer o que é significativo em si. Por outro lado, é por esse motivo que todas as formas de atividades «liberais», sobretudo na área das artes, possuem essencialmente uma natureza festiva, contanto que tenham ao menos algum eco remoto dessa atitude fundamental de aceitação. Sempre que essa atitude parece por completo, todas as tentativas de organizar algum «relaxamento» se tornam uma forma de trabalho ainda mais frenética e completamente desesperada. Isso não é tão exagerado e mal requer provas concretas. Além disso, penso haver um aspecto ulterior que não passa despercebido por nossa experiência pessoal. É sobretudo a atividade artística que pode se degenerar em algum jogo vão e vazio ou em alguma forma nova e sofisticada de ocupação, de exploração e de distração nervosa – isso se não se rebaixar ao nível de um entretenimento crasso capaz de seduzir o homem e fazer dele um prisioneiro dos seus dias de trabalho, sem cogitar qualquer escapatória.

Sempre que as artes vêm nutridas pela contemplação festiva das realidades universais e das razões que as sustentam, o que ocorre, na verdade, é uma espécie de libertação: é sair ao ar livre sob um céu infinito – e não apenas para o artista criativo, mas também para o contemplador, inclusive o mais humilde deles. Essa libertação, esse presságio da realização suprema e perfeita, é necessária para o homem, quase mais necessá-

ria do que o pão de cada dia, que decerto é indispensável, mas insuficiente.

É precisamente esse, a meu ver, o sentido da afirmação da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles: «Trabalhamos para ter momentos de ócio».